

QUEM AS FEMINISTAS ELOGIAM? A INDETERMINAÇÃO SINTÁTICA E SEU FUNCIONAMENTO NAS FAKE NEWS.

Laís Virginia Alves Medeiros^a

Raquel Noronha^b

RESUMO:

Neste trabalho, procuramos observar diferentes funcionamentos discursivos na produção dos efeitos de sentidos das *fake news*. Tomamos como *corpus* reportagens e vídeos com ampla circulação na internet. Da análise desse *corpus*, concluímos que os efeitos de sentidos se sustentam pelos processos de indeterminação sintática e generalização.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; indeterminação sintática; *fake news*.

Recebido em: 31/05/19

Aprovado em: 10/10/19

Introdução

Este artigo¹, ancorado na Análise do Discurso, analisa como as indeterminações e generalizações funcionam sintaticamente na produção dos efeitos de sentidos. Em nossa perspectiva, consideramos *fake news* como

^a Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestra e bacharel em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

^b Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestra e bacharel em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹ Uma versão embrionária deste artigo foi apresentada em formato de comunicação no V Colóquio Internacional de Análise do Discurso, em setembro de 2018, na UFSCar.

enunciados que funcionam pela dispersão, ancorados em generalizações, mas que circulam produzindo um efeito de verdade. A análise do corpus, composto por notícias e vídeos que circularam no ano de 2018, articula as noções de memória discursiva, silenciamento, denegação discursiva e heterogeneidade marcada. A mobilização desses conceitos permite a compreensão, de um ponto de vista discursivo, do funcionamento das *fake news*.

Desenvolvemos nossas análises com base nos conceitos teóricos e analíticos da Análise de Discurso materialista (doravante AD). Para nós, o sentido é produzido como efeito na/da história, ou seja, não nos importa analisar os sentidos *por trás* do dito, mas pensar nos sentidos postos em circulação pela materialidade discursiva, remetendo o discurso à necessária relação com outros discursos.

Seleção do *corpus*

A análise apresentada neste artigo foi motivada pela circulação observada nas redes sociais a respeito de um suposto diálogo do então deputado federal Jair Bolsonaro² com a pauta feminista. Essa circulação nos incitou a pensar também em outras notícias que falam sobre “as feministas”/“o feminismo” de forma generalista, apagando a pluralidade do movimento e direcionando os sentidos para uma unicidade que, como a análise vai mostrar, tende à radicalização e à ridicularização do movimento e de suas pautas.

Nosso percurso de seleção de corpus começou por uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo*³ na qual eram apresentadas as demandas da página do *Facebook* “Feministas pró-Bolsonaro”. A reportagem, de outubro de 2017, momento no qual Jair Bolsonaro era pré-candidato à presidência da República, afirmava que a página tinha 20 mil curtidas. Ao procurarmos a referida página no *Facebook*, em setembro de 2018, descobrimos que ela não existia mais. Os termos de busca “feministas pró-Bolsonaro” direcionaram-

² À época da circulação do vídeo, Jair Bolsonaro estava em seu sétimo mandato como deputado federal pelo Rio de Janeiro. Foi eleito presidente do Brasil em outubro de 2018, filiado ao Partido Social Liberal (PSL).

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1935965-feministas-pro-bolsonaro-defendem-discurso-duro-contr-assedio.shtml>>. Acesso em: 23 maio 2019.

nos ao compartilhamento de um vídeo publicado pela página “Jair Bolsonaro Mitando”, intitulado “Feministas Elogiam Projeto Sem Saber Que Era De Jair Bolsonaro!”⁴. Com base em recortes desse vídeo e na reportagem da *Folha de São Paulo*, nossa questão foi a de compreender que sentidos de “feministas” estariam funcionando num enunciado como “feministas pró-Bolsonaro”.

A construção do *corpus* não prescinde de uma pergunta analítica e nem pode ser finalizada em nenhum momento do percurso analítico. Assumimos, assim, uma concepção dinâmica da composição do *corpus* (ZOPPI-FONTANA, 2005), de modo que teoria e análise vão sendo construídas concomitantemente. A construção do *corpus* é fundamental para a AD, não à toa que, no próprio nome da disciplina, se expresse uma relação necessária e intrínseca entre teoria e análise. Dizer que há um incessante retorno sobre o *corpus* e o recorte feito diz sobre o próprio funcionamento da disciplina: não poderíamos descrever um percurso em AD baseado em momentos estanques de descrição teórica, seleção do *corpus* e análise. Vamos antes dizer que

procedemos à análise em sucessivos movimentos em espiral que entrecruzam processos de descrição e de interpretação que levam, por sua vez, a incorporar novos elementos ao *corpus* inicialmente constituído e a reorganizar e recortar repetidamente o conjunto de materiais reunidos para estudo. O *corpus* responde, assim, aos objetivos de análise e às perguntas formuladas em relação a uma questão, acompanhando na sua constituição os diversos momentos da pesquisa, razão pela qual podemos afirmar que a organização e recorte dos materiais a serem analisados reflete o estado atual do processo de análise e não um momento prévio a qualquer manipulação analítica. Consequentemente, consideramos que o fechamento do *corpus* é necessariamente provisório e se dá juntamente com a finalização das análises (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 95-96)

⁴ O vídeo pode ser encontrado no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wa3_AF3Jp8I>. Acesso em: 23 maio 2019.

Dessa forma, selecionamos para nosso *corpus*, entre as várias possibilidades de notícias falsas, um vídeo que nos pareceu o mais produtivo para analisar como as *fake news* dizem uma coisa para dizer outra, reproduzem imaginários e estereótipos sobre feminismo e, parafraseando Pêcheux, usam a língua também para não comunicar.

Mas, antes de proceder à análise do *corpus*, cabe conceituarmos o que entendemos por *fake news*. Tomaremos a circulação de *fake news* próxima ao que Zoppi-Fontana (2018) analisa sobre a circulação e definição lexicográfica de pós-verdade. Para a autora, a pós-verdade funcionaria como um modo de dizer aproximado às características de uma nova língua de vento, tal como descrita por Gadet e Pêcheux [2004 (1981)]: uma “língua “dos delírios comunicados” pela propaganda política na modernidade capitalista”. Zoppi-Fontana articula o funcionamento da pós-verdade também às reflexões desenvolvidas por Baldini e Di Nizo (2015, p. 148) sobre o cinismo “enquanto prática provinda do poder para desfazer qualquer arma crítica, uma vez que já incorpora a própria crítica que poderia ser feita”.

Nesse sentido, pensando o funcionamento das *fake news* com o cinismo, Zoppi-Fontana cita Baldini e Di Nizo, que afirmam que:

É sempre possível olhar para o passado e encontrar momentos em que o poder era encenado sob a forma da ironia. No entanto, parece-nos que, a partir do século XX, é o próprio poder mesmo quem encena sua torpeza e seu ridículo. [...] Temos a impressão de que não estamos nestes casos diante de um enunciado dividido, mas de uma divisão na enunciação, que se anula a si mesma, ao colapsar a significação em direções opostas, o que não impede que cada um de nós entenda o que está em jogo nesse “silêncio tagarela” (BALDINI, DI NIZO, 2015, p.152-154 *apud* ZOPPI-FONTANA, 2018, p. 165).

Tomando por base a reflexão dos autores, diríamos que o funcionamento das *fake news* constituem, em oposição à ideia de “silêncio tagarela”, ruídos que silenciam os fatos. De acordo com Orlandi (2002, p. 159), “o estudo do silêncio produz um deslocamento em relação a duas fronteiras: a) a que existe

entre o dito e não-dito; b) a que existe entre o dito (não-dito) e a exterioridade que o determina”. Dessa forma, propomos pensar que, ao produzirem-se determinados enunciados colocados em circulação como verdadeiros, as *fake news* silenciam outros enunciados, mas, como em uma denegação em que o negado se presentifica, aquilo que é silenciado não cessa de irromper.

Finalmente, articulamos a constituição de nosso corpus à teorização de Pequeno (2014) sobre o espaço digital. Para o autor, os filtros e algoritmos são aquilo que determina e constrói a possibilidade de circulação do sentido online, fazendo um recorte na memória metálica e aperfeiçoando um processo particular de constituição dos sujeitos:

Filtro como categoria tecnológica de linguagem de programação e design: aquilo que determina/constrói a possibilidade de circulação do sentido *online*. Esse filtro é às vezes, mas não só necessariamente, um algoritmo de priorização [...] Mas ele é, antes, toda a clivagem que constrói e condiciona a circulação do sentido *online*. (PEQUENO, 2014, p. 52)

Isso reforça o que Orlandi (1996) já havia analisado sobre a memória metálica: mesmo em seu funcionamento de sequenciamento, há uma historicização. Os filtros, ao limitarem e recortarem o acesso de cada usuário, executam uma função na constituição dos sujeitos no espaço online. Trazemos esse ponto para lembrar que nosso acesso acontece em contraponto ao imaginário do espaço digital como um ambiente de circulação livre, ilimitada e irrestrita. Como o espaço digital é o campo onde mais circulam as *fake news*, é importante lembrar que não é de qualquer forma que elas circulam.

Quem as feministas elogiam? Uma análise das indeterminações

Começamos nossa análise pelo texto que inicialmente conduziu a construção de nosso *corpus*: a reportagem do jornal *Folha de São Paulo* que se referia a uma comunidade no *Facebook* intitulada “Sou feminista e apoio Bolsonaro”. A construção sintática da frase articulada pelo conectivo “e” aponta para uma relação não óbvia entre “sou feminista” e “apoio Bolsonaro”.

A reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, cujo título é “‘Feministas pró-Bolsonaro’ defendem discurso duro contra assédio”, mostra um deslizamento entre marcas da presença de um discurso outro, como as aspas. As aspas, de acordo com Authier-Revuz (1998), funcionariam como uma modalização autonímica, distanciando o enunciador do que está sendo enunciado. Se as aspas no título marcam a presença de um discurso outro (‘Feministas pró-Bolsonaro’), no texto, esse discurso é incorporado e deslocado: “Para a ala feminina pró-Bolsonaro agrada o discurso duro do Capitão do Exército”. Isso está materializado pelas aspas no título da reportagem e pela falta de aspas no corpo do texto; deslocar “feministas” para “ala feminina” contribui com um efeito de estranhamento em “Sou feminista e apoio Bolsonaro”, uma vez que, quando a adjetivação “pró-Bolsonaro” é assumida, ela recai sobre a “ala feminina” e não sobre “feministas”.

A maior parte de material que encontramos diz respeito à relação antagônica de disputa entre as chamadas feministas e o então deputado. No entanto, o vídeo que encontramos na já citada página do *Facebook* “Jair Mitando!” apresentaria uma possível concordância. Após assistir ao vídeo, justificamos sua classificação como *fake news* por causa de seu título. Ao fazer circular um vídeo com o título “Feministas Elogia Projeto Sem Saber Que Era de Jair Bolsonaro!”, silencia-se que o vídeo não mostra as feministas em questão, mas um relato de uma apoiadora do deputado, e que a atribuição dos aplausos ao projeto só é possível pelo silenciamento do teor do projeto, bem como de sua autoria. Em nosso movimento de análise, questionamos: era mesmo o projeto que estava sendo aplaudido ou, como sustentado pelo título do vídeo, elogiado?

O vídeo, com duração de quatro minutos e meio, mostra um evento com a presença do então deputado Jair Bolsonaro e alguns apoiadores (não há, na descrição do vídeo, explicações sobre o propósito do evento). Nossa análise vai se centrar sobre a fala de uma apoiadora, não identificada pelo nome, que foca sua intervenção sobre “o que é a PL 5398 e por que eu sou apaixonada por esse projeto”. As sequências discursivas seguintes são recortes da transcrição de sua fala:

SD1: Assim que saiu o caso dessa moça no Rio de Janeiro, eu fui pra faculdade com uma camisa escrito assim “Nenhuma mu-

lher merece ser estuprada – PL 5398”, eu não coloquei o nome do deputado. **Feministas me aplaudiam**. E no momento eu disse [aplausos] e no momento eu disse o seguinte: engraçado você tá me aplaudindo, mas essa lei ela foi criada exatamente por um deputado que vocês chamam de machistas [sic]. Então é um posicionamento completamente incoerente da esquerda.

A primeira coisa que destacamos dessa sequência é a ausência de uma referência completa às “feministas” que “aplaudiam”. O que torna uma mulher identificável como feminista? Quais feministas eram essas? Ao referir uma dada mulher como feminista, o que está sendo mobilizado da memória discursiva sobre feminismo para classificá-la dessa forma? Para ser feminista basta aplaudir uma interdição ao estupro? Isso levanta também o foco desse aplauso: o que elas aplaudiram? A afirmação de que nenhuma mulher merece ser estuprada ou a PL 5398?

Para compreender melhor, voltamos nosso olhar ao texto da PL referida na camiseta que, de acordo com a apoiadora, foi aplaudida:

Art. 1º O parágrafo único do Art. 83, do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83. [...] Parágrafo único. Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir e, nos casos dos crimes previstos nos artigos 213 e 217-A, somente poderá ser concedido se o condenado já tiver concluído, com resultado satisfatório, tratamento químico voluntário para inibição do desejo sexual.” (NR)⁵

⁵ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2A04D7B81951A54069AA057301C8B752.proposicoesWebExterno1?codteor=1078354&filename=PL+5398/2013>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Ao observarmos a sintaxe do enunciado, poderíamos perguntar “para quem?” após cada uma das nominalizações da sequência “tratamento químico [PARA QUEM?] voluntário [PARA QUEM?] para inibição do desejo sexual [DE QUEM?]”. O não preenchimento significa: é a indeterminação que constrói o sentido da formulação. Poderíamos pensar essa indeterminação como uma lacuna a ser preenchida ou como previamente preenchida. A utilização do gênero masculino, usado também como neutro no português, contribui com o efeito de indeterminação.

Pensamos o texto dessa PL em articulação ao enunciado da camiseta, referida na sequência discursiva anterior, que apresenta a PL junto a um *slogan* que foi popularizado pelo movimento feminista: “Assim que saiu o caso dessa moça no Rio de Janeiro, eu fui pra faculdade com uma camisa escrito assim ‘Nenhuma mulher merece ser estuprada – PL 5398’, eu não coloquei o nome do deputado. Feministas me aplaudiam”.

Nossa reflexão se volta para a memória discursiva evocada pelo verbo presente no *slogan*, “merecer”, e os deslizamentos de sentidos assim produzidos. Para tanto, tomamos a definição de Pêcheux (1999, p.52) de memória discursiva como “aquilo que, face a um texto que surge como um acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” Consideramos que esse funcionamento pode atribuir diferentes sentidos para um verbo como “merecer”, que, em um primeiro momento, poderíamos considerar com sentido positivo. A depender da formação em que ele é evocado, sua conotação desliza. Por um lado, temos a fala do deputado Jair Bolsonaro para a deputada Maria do Rosário na qual ele afirma que não a estupraria porque ela não merece⁶. Por outro lado, temos a campanha criada nas redes sociais, “Eu não mereço ser estuprada”⁷.

⁶ Em 2014, o então deputado Jair Bolsonaro dirigiu-se, em fala na tribuna, à deputada Maria do Rosário: “tu me chamou de estuprador no Salão Verde, e eu falei que não estuprava você porque você não merece”. Em 2019, o STF condenou Jair Bolsonaro por danos morais, estabelecendo que Bolsonaro pagasse multa de dez mil reais e publicasse uma retratação. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/stf-mantem-pagamento-de-indenizacao-de-bolsonaro-maria-do-rosario-23464003>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

⁷ A campanha “eu não mereço ser estuprada”, criada nas redes sociais em 2014 (meses depois do episódio envolvendo os dois deputados), surge em resposta a uma pesquisa que mostrou que 65% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente, com a ideia de que mulheres

Alguns deslizamentos de sentidos foram produzidos em ambiente digital com base nessa primeira campanha “eu não mereço ser estuprada”: “nenhuma mulher merece ser estuprada”, “ninguém merece ser estuprado”. É interessante observar como esses deslizamentos suscitam novos sentidos ao *slogan*. Ele começa como um protesto em primeira pessoa: uma mulher afirmando que não merece ser estuprada. Ele desliza para a terceira pessoa, momento em que já não é mais necessariamente a mulher quem enuncia, e isso pode ser pensado juntamente a outras campanhas em que a mulher, embora seja o objeto, não é o sujeito. Finalmente, quando o *slogan* inicial desliza para “ninguém merece ser estuprado”, o foco nas mulheres é silenciado de vez. O problema perde seu foco de gênero e cai na generalidade.

Esse funcionamento remete ao que Pêcheux ([1975] 2009) teoriza sobre o mito continuísta empírico-subjetivista. Para o autor, esse mito conduz a um apagamento progressivo da situação que leva ao sujeito universal, “situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 117). Esse mito idealista não se sustenta quando se pensa nas determinações históricas, que impedem essa continuidade linear. Pêcheux ([1975] 2009, p. 117) apresenta uma tabela de Fuchs que ilustra esse movimento e que trazemos de forma resumida para pensar os deslizamentos do *slogan*:

Tabela 1 – Mito continuísta empírico-subjetivista

origem	discrepância	generalização	Universalização
eu	tu (você)/eu	ele, x/ eu	todo sujeito (cada um, quem quer que seja)

Fonte: PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 117

É possível afirmar que o *slogan* parte dessa origem, desse “eu”; num segundo momento, ele alterna entre a discrepância e a generalização, já que não sabemos se “nenhuma mulher” se refere a um “tu” ou a um “ela”; finalmente, o *slogan* cai na universalização, com o “ninguém merece ser estuprado”.

que deixam o corpo à mostra “mereceriam” ser atacadas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/protesto-nao-mereco-ser-estuprada-movimenta-facebook-apos-resultado-de-pesquisa-12018281#ixzz5QLi6sUM9>. Acesso em: 28 mai. 2019.

Após observarmos o funcionamento da memória discursiva, que nos conduziu para os diferentes desdobramentos de “não merecer ser estuprada”, retomamos a sequência discursiva para analisar o funcionamento sintático no modo como o *slogan* é referido:

SD1: Assim que saiu o caso dessa moça no Rio de Janeiro, eu fui pra faculdade com uma camisa escrito assim “Nenhuma mulher merece ser estuprada – PL 5398”, eu não coloquei o nome do deputado. **Feministas me aplaudiam.** E no momento eu disse [aplausos] e no momento eu disse o seguinte: engraçado você tá me aplaudindo, mas essa lei ela foi criada exatamente por um deputado que vocês chamam de machistas. Então é um posicionamento completamente incoerente da esquerda.

A relação entre essa enunciação e uma vinculada à “castração química” estabeleceria uma relação de igualdade entre o não estupro e a castração química. Quais seriam os sentidos evocados ao se dizer “nenhuma mulher merece ser estuprada”? Com base na noção de heterogeneidade mostrada, tal como nos apresenta Authier-Revuz (1982), podemos pensar em dois tipos de enunciados: a heterogeneidade mostrada marcada, na qual se pode apreender linguisticamente a presença do outro no um, evidenciado com marcas explícitas; e a heterogeneidade mostrada não marcada – que não se encontra visível na materialidade linguística, apenas como um efeito da presença do outro que pode ser apreendido pela configuração estética do dizer, contando com um dizer outro para produzir sentido sem, necessariamente, explicitá-lo.

Se pudéssemos recuperar a referida camiseta, saberíamos como se constrói o encadeamento enunciativo e se teríamos, por exemplo, o travessão entre uma formulação e outra. Com a presença do travessão, poderíamos analisar a sequência segundo o que Authier-Revuz chama de heterogeneidade mostrada marcada: a presença de um discurso outro evidenciada por uma marca explícita, o travessão, estabelecendo uma relação direta entre as formulações. Como não temos acesso a essa materialidade, é possível analisar o enunciado com

base na noção de heterogeneidade mostrada não marcada, em que a relação não está explicitada por nenhuma marcação, mas pelo efeito de sequência. Se “nenhuma mulher merece ser estuprada”, logo a solução para esse problema está na “PL 5398”.

Finalmente, nosso último movimento de análise se centra na conclusão da fala da moça do vídeo, que parece ser também o *slogan* adotado para a defesa do projeto:

SD2: “meu inimigo não é o homem, é a impunidade”.

Pensamos essa curta sequência discursiva baseadas no funcionamento da denegação discursiva, que, para Indursky (1990, p. 120), é:

aquela que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso. Ou seja, a denegação discursiva relaciona-se com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona. Assim, seu efeito não é polêmico. Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa.

Ao afirmar que seu inimigo não é o homem, ao mesmo tempo em que propõe a castração química, o que essa posição sujeito retoma é uma possibilidade de um saber próprio daquela formação discursiva: o de que os homens são inimigos e por isso devem ser submetidos ao tratamento químico de redução da libido. No entanto, ao trazer esse saber pela negação, esse saber é recalcado e substituído por outro, qual seja, o inimigo não é o homem, mas a impunidade, ao que acrescentamos a pergunta: a impunidade de quem? Essa indeterminação é o que permite que esse discurso se sustente sem evidenciar sua própria contradição. A marca da indeterminação, tão presente em nossos recortes, é possibilitada por buracos na sintaxe, que, se preenchidos, permitem a compreensão da contradição do discurso.

Considerações finais

A análise que apresentamos neste artigo permitiu a compreensão dos diferentes funcionamentos que entram em jogo para assegurar a construção de certos efeitos de sentidos para as *fake news*. A indeterminação e os diferentes deslizamentos promovidos pela memória discursiva permitem que *enunciações vagas* sejam reproduzidas como verdadeiras, trazendo elementos não previstos para a disputa de sentidos que acontece em sua circulação.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. Documentation et Recherche en Linguistique Allemnade Vincennes (*DRLAV*), nº 26: p. 91-151, Paris, 1982.

_____. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 19, p. 25-42, nov. 2012. ISSN 2447-0686. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824/4545>. Acesso em: 10 maio 2019.

BALDINI, Lauro José Siqueira; DI NIZO, Patrícia Leal. O cinismo como prática ideológica. *Estudos da língua(gem)*, v. 13.2: p. 138-158, 2015.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. *Caderno de Estudos Linguísticos*, 19: p. 117-122, jul/dez. 1990.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Vozes, 1996.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.

_____. Delimitações inversões, deslocamentos. Trad. José H. Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19: 7-24, 1990.

PEQUENO, Vitor. *Nos subsolos de uma rede: sobre o ideológico no âmago do técnico*. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural). Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/271125>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM-DE-PAULA, Mirian Rose. (org.). *Sentido e Memória*. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 93-116.

_____. Pós-verdade: léxico, enunciação e política. In: OLIVEIRA, Rosimar R. Rodrigues de; OLIVEIRA, Sheila Elias de; RODRIGUES, Marlon Leal; KARIM, Taisir Mamhudo (org.). *Linguagem e significação: práticas sociais*. Vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 133-166.

WHO DO FEMINISTS PRAISE? A SYNTACTIC INDETERMINATION AND ITS FUNCTIONING IN THE FAKE NEWS

ABSTRACT:

This paper articulates some fundamental conceptions of materialist Discours Analysis to understand the production and circulation of fake news considering as *corpus* news and videos on the Internet. Through the analysis, we claim that what supports the fake news are procedures of syntactic indetermination and generalization.

KEYWORDS: Discours Analysis; syntactic indetermination; fake news.

